



Resolução - Regulamentação do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) do Brasil deve ser organizado com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social do país, com geração de emprego de qualidade e renda para a população e contribuir com a redução das desigualdades regionais do país. As instituições financeiras (bancárias e não bancárias) devem garantir o acesso da população e das empresas à crédito com taxas de juros compatíveis com níveis internacionais em segmentos prioritários, de modo a favorecer o investimento produtivo, o fortalecimento do mercado interno e o acesso da população a infraestrutura econômica e social, e de forma a proteger a população contra o endividamento exacerbado.

Os bancos públicos nacionais, estaduais e regionais devem ter papel de destaque na oferta de crédito direcionado, na distribuição de programas sociais, na regulação das taxas de juros e no atendimento bancário à população de baixa renda. Nesse sentido é fundamental reverter a tendência de destruição dos bancos públicos promovida desde 2016, quando tais instituições passaram a ter papel secundário na oferta de crédito, com fechamento de agências e redução do emprego bancário, o que se reflete em deterioração do atendimento da população.

O Banco Central do Brasil (BCB) deverá perseguir não somente a meta de inflação, mas também metas de emprego e renda. Além disso, enquanto entidade supervisora do SFN, o Banco Central deve abarcar em suas normas de regulação e fiscalização os novos participantes do sistema financeiro como as Fintechs e Instituições de Pagamento, de maneira a evitar a proliferação de uma espécie de sistema financeiro paralelo e desregulado com alto potencial de gerar crises financeiras, como a observada em 2008, com graves consequências para o empobrecimento da população. O BCB deve ainda zelar pela suavização dos movimentos na taxa de câmbio do Brasil que impactam diretamente o custo de vida da população, estabelecendo controles de capital que dificultem entradas e saídas bruscas de capitais especulativos de curto prazo.

As inovações tecnológicas promovidas pelas empresas do setor financeiro no Brasil devem estar subordinadas aos objetivos de garantir melhorias no atendimento bancário no país e na oferta de melhores produtos e serviços financeiros para a população brasileira e melhores condições de trabalho aos trabalhadores do ramo financeiro, com aumento de remuneração e redução de jornada de trabalho, não aos propósitos de elevação da lucratividade das instituições financeiras.

Os delegados e delegadas da 23ª Conferência Nacional dos Bancários aprovam a luta por um Sistema Financeiro Nacional (SFN) regulado e organizado, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social do país, com geração de emprego de qualidade e renda para a população, além da redução das desigualdades regionais do país. Um sistema no qual todos os trabalhadores e trabalhadoras tenham emprego decente representados pela mesa única de negociação nacional.



Resolução - Defesa da Democracia Plena e contra os ataques aos direitos do povo brasileiro - Fora Bolsonaro!

Frente aos atuais ataques contra a Democracia, às instituições do Estado, o patrimônio público, ao exercício da liberdade e da cidadania e, principalmente, aos direitos sociais e trabalhistas, defendem a intensificação da organização e da mobilização da Classe Trabalhadora na resistência contra a ascensão do pensamento golpista de cunho fascista e do neoliberalismo, que atentam contra as garantias democráticas e sociais.

Hoje, os representantes desse pensamento expresso por Jair Bolsonaro pregam a naturalização da desigualdade social e da violência como instrumento político. Levaram milhões de brasileiros à fome e ao desemprego. Os ataques às pautas territoriais, de gênero, étnicas e trabalhistas são a tônica daqueles que ocupam o poder central da nação.

Os trabalhadores bancários continuarão na luta política junto às suas entidades representativas, em defesa do patrimônio público, da educação universal, do SUS, dos direitos trabalhistas e das garantias democráticas para que o desenvolvimento econômico e social se materialize com respeito à dignidade humana, às diversidades, com emprego e renda justos. Contra o teto de gastos e a retirada de direitos.

Todos devemos nos engajar nos atos organizados pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo Sem Medo, junto às Centrais Sindicais contra os desmandos do governo Bolsonaro e tudo o que representa. Em 07 de setembro vamos todas e todos fortalecer as manifestações, o Grito dos Excluídos e as pautas dos trabalhadores.

“Vida é Luta: Por vida, emprego, democracia e contra a desigualdade”.

As delegadas e os delegados da 23ª Conferência Nacional dos Bancários aprovam engajamento nos atos e pela defesa da democracia, direitos e Fora Bolsonaro!



Resolução: Em defesa dos bancos públicos

A atuação do BNDES como instrumento de fomento à infraestrutura e às empresas, do Banco do Nordeste ao microcrédito urbano e rural, do Banco da Amazônia como principal instrumento de desenvolvimento do Norte do país, do Banrisul na região Sul, do Banestes no Espírito Santo, do BRB em Brasília, do Banese em Sergipe, do Banpará no Pará e do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal às pequenas, médias e microempresas, à compra da casa própria e na execução dos programas sociais do governo federal mostram que os bancos públicos são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país.

São os bancos públicos que socorrem a população e o empresariado quando eles mais precisam. Isso ficou muito claro em 2020, quando o Banco do Brasil serviu como o principal instrumento de distribuição dos recursos do Pronampe, quando a Caixa atendeu milhões de pessoas que receberam o Auxílio Emergencial.

No entanto, o governo Bolsonaro, seguindo a cartilha neoliberal de Paulo Guedes, promove um verdadeiro desmonte dos bancos públicos e de sua capacidade de fomentar a economia, bem como demais empresas públicas e dos serviços que são oferecidos à população, prejudicando não apenas os trabalhadores destes bancos e empresas, mas toda a classe trabalhadora, que não vê atendidas suas necessidades.

Por isso, as delegadas e delegados da 23ª Conferência Nacional dos Bancários convocam todos os trabalhadores, de modo especial a categoria bancária, a assumir a luta em defesa dos bancos públicos, contra as privatizações e contra a PEC 32 (reforma administrativa) como ação prioritária. Defender os bancos públicos e lutar contra as privatizações e o desmonte dos serviços públicos é defender a capacidade de geração de emprego, de produção de alimentos, de desenvolvimento econômico e social do país.